



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**PARECER JURÍDICO**

**DIREITO ADMINISTRATIVO – SECRETARIA DE SAÚDE – DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO II – LEI FEDERAL N. 14.133/2021 – SERVIÇO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO – CONCLUSÃO.**

Trata-se de processo administrativo encaminhado à esta Procuradoria Jurídica para análise da legalidade, conforme determina o art. 72, inc. III, da Lei 14.133/2021 e art. 38, inc. VI, do Decreto Municipal n. 8.519/2023 para a instrução do processo de contratação direta, que aqui se objetiva realizar para a contratação do serviço de engenheiro agrônomo.

Constam do processo administrativo os seguintes documentos:

- a. Documento de formalização de demanda;**
- b. Autorização de abertura do processo de contratação;**
- c. Propostas/orçamentos;**
- d. Termo de referência;**
- e. Justificativa da escolha do fornecedor;**
- f. Documentos de habilitação (inscrição no CNPJ e cadastros municipal e estadual, certidões negativas municipal, estadual, federal, trabalhista, do INSS e do FGTS, declaração que não emprega menor de 18 anos e declaração de acessibilidade);**

Pois bem.

De início, salienta-se que o exame aqui realizado se limita aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluindo-se aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto, suas características, requisitos e especificações. Sobre tais dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se equipou dos conhecimentos específicos imprescindíveis a sua adequação às necessidades da administração pública.

Além do mais, oportuno esclarecer que as considerações feitas por esta assessoria jurídica não têm caráter vinculativo, tampouco decisório, de modo que o seu acolhimento ou não decorre do exercício da competência discricionária da





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

autoridade administrativa. Por outro lado, o prosseguimento do feito sem a correção de eventuais questões que envolvam a legalidade, de observância obrigatória pela Administração, apontadas como óbices a serem corrigidos ou superados, são de responsabilidade exclusiva do órgão.

Feitas tais pontuações, passa-se a análise jurídica.

A proposta de dispensa de licitação em tela tem fundamento jurídico no art. 75, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, e, tendo em vista que se trata de contratação no valor de R\$ 19.854,50, respeita o limite estabelecido pela legislação.

Destaca-se, ademais, que o procedimento de contratação direta deverá ser instruído com a documentação exigida no art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:  
I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;  
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;  
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;  
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;  
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;  
VI - razão da escolha do contratado;  
VII - justificativa de preço;  
VIII - autorização da autoridade competente.

Da análise dos autos, considerando que o objeto da presente contratação pode ser classificado com um serviço comum, a sua especificação é realizada de modo suficiente no termo de referência, não sendo o caso de estudo técnico preliminar, análise de riscos, projeto básico ou projeto executivo, além de desnecessária a elaboração de pareceres técnicos.

Ato contínuo, as contratações diretas em razão do valor “serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa”, conforme dispõem o § 3º do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021, o que foi devidamente atendido conforme aviso de dispensa de licitação em anexo ao procedimento.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

Por fim, verifica-se que foi demonstrada a adequação orçamentária, dispensada a elaboração de minuta contratual em razão da possibilidade de substituição por nota de empenho, a teor do art. 95 da Lei n.º 14.133/2021. Assim, diante do que restou exposto, conclui-se a análise dos documentos da presente contratação direta, restando ponderar as seguintes recomendações:

- a. Que a Autoridade competente, promova a divulgação e manutenção do ato de contratação em sítio eletrônico oficial, nos termos do art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021;**
- b. Que se promova a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de até 10 dias úteis, para que assim o contrato possa produzir seus efeitos legais, nos termos do art. 94, II da Lei nº 14.133/2021;**
- c. A advertência da necessidade de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação.**

Observados os requisitos legais, em especial ao estabelecido para dispensa de licitação em razão do valor do serviço a ser contratado, nos termos dos artigos 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, bem como dos princípios que regem a administração pública em geral, esta Procuradoria Jurídica conclui que não há óbices legais para a continuidade ao presente processo de contratação.

Sem mais para o momento, é o parecer, o qual está condicionado ao aval da autoridade competente.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 03 de outubro de 2024.

**JULIANO FERNANDES DA SILVA**  
**OAB/SC n. 24.230**

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

